

CLIENTE: CBH

VEÍCULO: Imposto de Renda.org

DATA: 05 de setembro de 2017

[Leia a reportagem completa](#)

CBHs do Rio Doce investirão 27 milhões em saneamento

As administrações municipais das 228 cidades que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Doce terão até o dia 22 de setembro para manifestar interesse na participação de ações, com foco na melhoria dos serviços de saneamento, desenvolvidas pelos Comitês da bacia. Ao todo, cerca de R\$ 27 milhões serão investidos na elaboração de projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SESSs), por meio dos programas de Saneamento da Bacia (P11) e de Universalização do Saneamento (P41). As atividades são desenvolvidas com o recurso da cobrança pelo uso da água, recolhido pelos Comitês da Bacia do Rio Doce.

Os municípios terão até o dia 22 de setembro para enviar propostas, que serão avaliadas conforme critérios de hierarquização e desempate, previstos no edital de chamamento. Entre as exigências estão a comprovação de regularidade da outorga e do pagamento pelo uso da água. As demandas poderão ser de qualquer natureza, desde que sejam referentes aos sistemas municipais de abastecimento de água e aos sistemas municipais de esgotamento sanitário, localizados nas sedes ou núcleos populacionais urbanos. Será possível inscrever um projeto em cada modalidade (água e esgoto).

Confira aqui o edital: <https://goo.gl/CWe8Gg>

Saneamento em foco

O lançamento de efluentes sem tratamento nos cursos d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi apontado, no Plano Integrado de Recursos Hídricos – estudo que identifica, entre outras questões, a situação ambiental da porção hidrográfica -, como um dos principais entraves à recuperação dos mananciais. Por isso, entre outras ações com foco ambiental, foram priorizadas atividades voltadas à promoção da melhoria dos serviços de saneamento básico. Cerca de R\$ 22 milhões foram investidos na contratação de empresas especializadas na elaboração de 165 Planos Municipais de Saneamento Básico – documento exigido por lei, que, através de um diagnóstico da situação dos municípios em relação ao abastecimento de água, tratamento de esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, prevê ações para, em um horizonte de vinte anos, promover a universalização dos serviços. Também serão alocados recursos para ações de melhoria da situação do saneamento nas áreas rurais, que serão trabalhadas de forma integrada com atividades de recuperação de nascentes e APPs e diminuição da geração de sedimentos.
